



**Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia
Centro de Artes, Humanidades
e Letras
Curso Superior de Tecnologia
em Gestão Pública**



TALLYTA BARRETO MENEZES FREITAS

**O PAPEL DO PROFESSOR NO ENSINO MÉDIO E A
DEMOCRATIZAÇÃO NO ACESSO ÀS INSTITUIÇÕES DE NÍVEL
SUPERIOR: Uma Análise do Colégio Estadual da Cidade de Cachoeira-Ba**

Cachoeira
2023

TALLYTA BARRETO MENEZES FREITAS

**O PAPEL DO PROFESSOR NO ENSINO MÉDIO E A
DEMOCRATIZAÇÃO NO ACESSO ÀS INSTITUIÇÕES DE NÍVEL
SUPERIOR: Uma Análise do Colégio Estadual da Cidade de Cachoeira-Ba**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Prof.^a(a). Dra. Lys Maria Vinhaes Dantas

Cachoeira
2023

TALLYTA BARRETO MENEZES FREITAS

**O PAPEL DO PROFESSOR DO ENSINO MÉDIO NA TRANSIÇÃO
DISCENTE PARA INSTITUIÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR: Uma Análise
do Colégio Estadual de Cachoeira-Ba**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em
Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnóloga em
Gestão Pública.

Aprovada em 02 de junho de 2023

Documento assinado digitalmente
gov.br
DANIELA ABREU MATOS
Data: 14/06/2023 17:28:13 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Daniela Abreu Matos
Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de
Minas Gerais - UFMG
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

FERNANDA RODRIGUES DE BRITO
CARVALHO-91755565534
Assinado de forma digital por
FERNANDA RODRIGUES DE BRITO
CARVALHO-91755565534
Data: 2023.06.06 15:07:32 -03'00'

Profa. Ma. Fernanda Rodrigues de Brito Carvalho
Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social
Secretaria da Educação de Castro Alves

Documento assinado digitalmente
gov.br
LYS MARIA VINHAES DANTAS
Data: 26/06/2023 08:53:10 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Lys Maria Vinhaes Dantas
Professora orientadora
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

FREITAS, Tallyta Menezes Barreto. O PAPEL DO PROFESSOR NO ENSINO MÉDIO E A DEMOCRATIZAÇÃO NO ACESSO ÀS INSTITUIÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR: Uma Análise Do Colégio Estadual Da Cidade De Cachoeira-Ba. 43 p. Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2019.

RESUMO

O Ensino Médio (EM) se configura como o último período do processo de aprendizagem formal da educação básica no Brasil. Ao final deste, cabe aos educandos escolher o que farão no futuro imediato: dar continuidade aos estudos, adentrando no ensino Superior/Técnico e/ou se incorporar ao mercado de trabalho. Sabendo disso, este TCC teve como objetivo averiguar quais as estratégias de ensino utilizadas pelos educadores para incentivar seus alunos a acessar universidade e institutos técnicos. Para tanto, esta pesquisa se valeu de uma metodologia qualitativa, utilizando técnicas de revisão bibliográfica e aplicação de questionário a cinco professores do Colégio Estadual da Cachoeira-CEC, Bahia. Estes afirmaram utilizar algum tipo de estratégia para orientar seus alunos a continuar os estudos após a conclusão do Ensino Médio e assumem o papel de facilitador neste processo, entendendo ser preciso contribuir com o futuro dos discentes. No sentido de trazer mais qualidade à transição entre o Ensino Médio e o Ensino Superior, seria interessante promover mais ações que possibilitem a estes discentes do CEC participarem de atividades dentro das universidades, tornando o ambiente familiar e acolhedor para eles.

Palavras-chave: Estratégias de Ensino; Transição Ensino Médio – Ensino Superior; Aproximação escola – universidade.

LISTA DE SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CEC – Colégio Estadual de Cachoeira

CF – Constituição Federal

EM – Ensino Médio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituições de Ensino Superior

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PNE – Plano Nacional de Educação

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Total de matrículas na educação básica segundo a rede de ensino 2014 a 2018	13
Figura 2 - Tempo de formação dos docentes do CEC respondentes da pesquisa	28
Figura 3– Gráfico do tempo de atuação no Ensino Médio.	29

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. O ENSINO MÉDIO NO BRASIL	12
1.1 Os Fluxos da Escolaridade no Brasil: do Ensino Médio para o Ensino superior	12
1.2 Os Sentidos do Ensino Médio	15
1.3 Escolarização e Mercado de Trabalho	17
2. OS PROFESSORES E AS ESTRATÉGIAS UTILIZADAS COM OS ALUNOS	18
2.2 A autonomia do aprendizado	19
2.3 Teoria e prática no currículo – BNCC no Ensino Médio	19
2.4 Fortalecimento da Cidadania	20
3. MÉTODO	23
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	39
APÊNDICE	42

INTRODUÇÃO

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) 9.394/96.

O Ensino Médio (EM) é denotado como a conquista da última etapa na educação básica no Brasil. Sendo assim, o escopo deste período de ensino é dar uma formação aos jovens e aprimorar seus conhecimentos já adquiridos em etapas anteriores de aprendizagem. Segundo a LDB 9.394/96, os estados são responsáveis pelo Ensino Médio e o seu currículo é orientado através da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), voltado para o desenvolvimento de competências e habilidades básicas a esta etapa.

Logo, entende-se que a intenção não é que as escolas tenham que planejar aulas especificamente para atender às competências defendidas pela BNCC, mas sim, que elas promovam uma aprendizagem alinhada às habilidades que fazem parte de cada área de conhecimento.

Conforme o Art. 35-A da LDB 9394/96, são finalidades do novo Ensino Médio, alterado pela Lei nº 13.415, de 2017 (Novo Ensino Médio):

- I** - linguagens e suas tecnologias;
- II** - matemática e suas tecnologias;
- III** - ciências da natureza e suas tecnologias;
- V** - ciências humanas e sociais aplicadas. (BRASIL, 2017)

Diante do exposto acima, nota-se que no novo Ensino Médio as competências devem ser mais consideradas do que as disciplinas, fato que abre amplas possibilidades de organização interdisciplinar, de definição de conteúdos transversalizados que não correspondem a disciplinas tradicionais, de realização de projetos de ensino.

O Plano Nacional da Educação garante que o Ensino Médio é direcionado aos alunos tanto de escolas públicas, quanto de particulares, tendo como média de tempo três anos, finalizando assim o ensino básico da educação brasileira.

No Ensino Médio há dois tipos de ensino que podem ser aplicados: ensino propedêutico ou o ensino técnico, tendo em consideração que um é preparação final para formar estudantes e capacitá-los para o ingresso no curso superior e o outro no mercado de trabalho, pensando em termos mais amplos, a garantia da autonomia e cidadania. Dentro da perspectiva do novo modelo educacional proposto por esta nova reforma, a educação profissionalizante entra como um dos Itinerários Formativos, sendo uma das opções de formação, a técnica. (INEP, p. 20, 2021)

Entende-se que o objetivo da reforma do Ensino Médio é flexibilizar o currículo, tornando-o mais atrativo. Além disso, busca justificar-se a reforma como resposta à baixa qualidade do ensino oferecido nas escolas brasileiras. Com o intento de reprovar menos, após esta reforma as disciplinas seriam escolhidas pelos alunos, de modo que os mesmos sintam-se atraídos e que assim haja menos reprovações. Com relação à Educação Profissional de Nível Médio, o que ocorreu foi a integração desta ao Ensino Médio nos primeiros anos da educação básica, separando-se da formação geral durante a primeira parte do curso (FERRETI, 2018).

Neste trabalho, não pretendemos adentrar as questões das profissões, e sim as estratégias de ensino que visam preparar o educando para acessar os espaços da educação formal que vão além da educação básica vivenciada nas escolas.

Segundo a LDB 9.394/96, no Capítulo IV Art. 43, está disposto que a educação superior tem por finalidade:

- I - Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e

Estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - Atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (BRASIL, 1996)

Nas circunstâncias atuais as quais são impostas para o mercado de atuação no Brasil, o estudante encontra-se cada vez mais cedo em conflito sobre qual caminho a trilhar, pois o mesmo decidirá ainda na adolescência o seu futuro. Logo, torna-se fundamental que os alunos tenham oportunidades de discutir e conhecer opções de trajetórias após o Ensino Médio e assim entender que existem possibilidades que podem ser construídas ao longo de suas vidas, nas salas de aula e fora delas.

A pesquisa aqui apresentada teve por **finalidade a identificação e análise sobre os incentivos utilizados pelos professores que contribuíram para que os discentes do Ensino Médio desejassem ingressar no nível superior**. Foi realizada em escola do Ensino Médio (EM) no município de Cachoeira-Ba, na região do Recôncavo. Dentre as três escolas de EM que há no município, sendo uma no centro e as demais em distritos e povoados da cidade, a eleita para o estudo foi o Colégio Estadual da Cachoeira – CEC, com o objetivo de auxiliar e desmitificar a questão da dificuldade de ingresso dos estudantes em universidades. Observa-se então que as mesmas são espaços para todos e que os discentes devem ser preparados e que, deste modo, possam ampliar o leque de oportunidades para que escolham o mercado de trabalho, ingresso nas Instituições de Ensino Superior – IES ou ambos.

A democratização do acesso e a melhoria da qualidade da educação básica vêm acontecendo em um contexto marcado pela:

Modernização econômica, pelo fortalecimento dos direitos da cidadania e pela disseminação das tecnologias da informação, que impactam as expectativas educacionais ao implantar o reconhecimento da importância da educação na sociedade do conhecimento. (MELLO, 2000, p. 98)

Sabe-se que, para os jovens alcançarem a sua maturidade na carreira profissional desejada, na atual configuração social do país, a qual não difere muito da Bahia, quanto mais os jovens tiverem estudo, maior a tendência de esses obterem rendas mais elevadas. Sendo assim, boa parte depende do acesso à IES, apesar de alguns alcançarem o êxito já com cursos técnicos, por habilidades pessoais, como música, artes, ou até mesmo como autônomos.

O acesso à educação superior acontece de forma desigual, pois, aos estudantes em que suas famílias possuem uma renda superior, as mesmas conseguem proporcionar uma educação de maior qualidade a estes e daí o ingresso nas IES torna-se mais fácil e conseqüentemente as suas permanências nas mesmas. Um dos pontos para que aumente a inserção dos jovens de renda mais baixa nestes centros é através da democratização. A democratização do acesso requer melhorar e ampliar a educação fundamental, de modo a elevar a quantidade e a qualidade de concluintes no Ensino Médio; ampliar e melhorar continuamente a formação de professores e a infraestrutura de todo o sistema educativo; assegurar boas condições de permanência do estudante nos cursos; ampliar a participação do Estado no provimento da educação e, além disso, é de merecimento rever os diálogos entre escola, aluno, professor e família, tendo enfoque na mobilização e melhoria da qualidade dos estudos dos discentes. (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 1223).

O intuito da pesquisa vem pautado na relação existente entre aluno e professor, sendo que o docente tem papel de grande importância dentro da formação básica do discente. Para Mello (2000), o professor da educação básica tem o papel de construir em seus alunos a capacidade de aprender e de relacionar a teoria à prática em cada disciplina do currículo.

Sendo assim, as discussões aqui presentes perpassam pelos fluxos da escolaridade no Brasil, apresentando como ocorrem os processos entre o Ensino Médio e o Superior, evidenciando os sentidos do Ensino Médio. Por fim, apresentamos os resultados da pesquisa de campo feita com os professores do CEC, em 2023, analisando as suas estratégias com os alunos durante este processo.

1. O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

O Ensino Médio é a última etapa obrigatória em termos de políticas educacionais vigente no Brasil. É nesta ocasião que os seus concluintes devem poder escolher entre focar na vida profissional (e o Ensino Médio, de acordo com a LDB 9394/96, deveria tê-los preparado para a vida adulta) ou adentrar a Educação Superior, assim como outras inúmeras possibilidades de futuro imediato. (DANTAS, SANTOS, 2013)

Tendo suas raízes na sociedade colonial, fundada na grande propriedade e na mão de obra escrava, a educação brasileira veio conformando o ensino para as classes dirigentes e a formação objetivando o trabalho para as classes pobres trabalhadoras. Isso acontece quando se separa a formação de intelectuais (ensino propedêutico) da formação de trabalhadores manuais (ensino profissional), reproduzindo na escola a forma de organização do processo de trabalho na sociedade capitalista. Mesmo com a mudança de modelo econômico, as marcas constitutivas permanecem (JUNIOR, 2019, p. 25,26).

De acordo com Zago (2006, p. 228), uma efetiva democratização da educação requer políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para que haja de fato a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino.

1.1 Os Fluxos da Escolaridade no Brasil: do Ensino Médio para o Ensino superior

A oferta da educação alterou-se significativamente a partir dos anos 90, houve a universalização do ensino fundamental, o crescimento do Ensino Médio e também do ensino superior, cujas matrículas foram triplicadas. Mas, apesar desse intenso crescimento observado no ensino superior, o percentual de acesso dos jovens ainda é muito restrito – passou a abranger 19% na faixa etária de 18 a 24 anos, a partir da década de 1990 (PNAD, 2009).

Observada a situação brasileira com a de outros países mais desenvolvidos, vê-se que o acesso ao ensino superior, em 1997, já atingia o quantitativo de 45% dos jovens de 18 a 21 anos nos EUA e 69% na Coreia do Sul (ANDRADE, 2012).

Para acessar a educação superior, é necessária a conclusão do Ensino Médio. Os quadros das pesquisas estatísticas demonstram que no Brasil houve uma

acentuada evolução no que tange ao número de jovens frequentando o Ensino Médio até o ano de 2018. Os dados apontam que ainda que os números expressem uma crescente, há uma grande parte de jovens que não estão cursando o ensino formal.

Contudo, no total da Educação Básica, no ano de 2018, foram registradas 48,5 milhões de matrículas nas 181,9 mil escolas de educação básica brasileiras. Foram 1,3 milhão a menos em comparação com o ano de 2014, o que corresponde a uma redução de 2,6% no total de matrículas efetivadas.

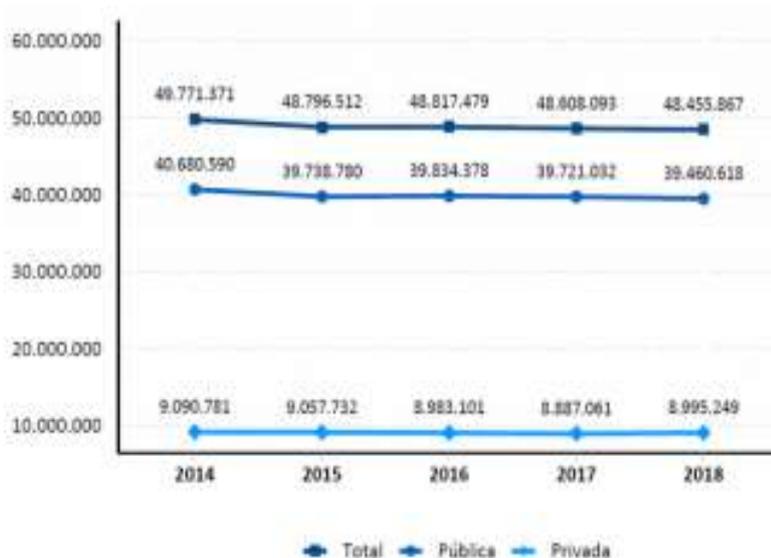


Gráfico 1 Total de matrículas na educação básica segundo a rede de ensino - Brasil - 2014 a 2018

Figura 1: Total de matrículas na educação básica segundo a rede de ensino 2014 a 2018

Fonte: INEP, 2018.

De acordo com os dados do INEP (2018), expostos no gráfico acima, esses números representam o total de matrículas na educação básica, segundo a rede pública de ensino – no Brasil, no período entre 2014 a 2018. Essas matrículas são encontradas majoritariamente na área urbana, em torno de 88,7%. Para a rede privada, 99,0% das matrículas estão em escolas urbanas. Na rede pública, as escolas municipais são as que apresentam a maior proporção de matrículas em escolas rurais (19,5%), seguida das escolas estaduais, com 5,2% das matrículas. Se tratando da educação infantil, o número de matrículas sofreu um crescimento de 11,1% de 2014

a 2018, atingindo 8,7 milhões em 2018. Este acrescentamento se deve, principalmente, ao aumento das matrículas realizadas nas creches. (INEP, 2018, p.02)

Ainda de acordo com o INEP (2018), no ano de 2018 no Brasil foram registradas 7,7 milhões de matrículas no Ensino Médio. O total de matrículas do Ensino Médio segue tendência de queda nos últimos anos, o que se deve tanto à redução da entrada proveniente do ensino fundamental (a matrícula do 9º ano teve queda de 8,3% de 2014 a 2018), quanto à melhoria no fluxo no Ensino Médio (a taxa de aprovação do Ensino Médio subiu 3,0 pontos percentuais de 2013 a 2017).

Estes movimentos semelhantes trazem à lume a necessidade de levantar como ponto de pauta a qualidade do ensino, bem como, as condições oferecidas aos estudantes para permanecer nestes ambientes. Desta forma, cabe rediscutir as égides que alicerçam os modelos educacionais, tanto no ensino básico, quanto do ensino superior brasileiro.

Há um descompasso problemático observado no cenário educacional do Brasil, claramente notado no aumento de discentes procurando acessar a educação superior no ano de 2010 (120% a mais em comparação com o ano de 1995). Um quantitativo, de acordo com os dados do PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo IBGE (2010), não cresceu em consonância com ações e planejamentos que acolhessem estes novos alunos, levando em consideração a sua bagagem educacional deficitária.

São inúmeros os fatores que influenciam a permanência dos indivíduos nas unidades de educação básica e instituições de ensino superior. A desistência escolar ou a baixa nos números de matrículas precisam ser entendidas enquanto uma problemática de cunho social, o que pode ser relacionado a diversos fatores. A trajetória escolar de um indivíduo pode sofrer com a interferência de múltiplos fenômenos. E assim como Moura e Silva (2007, p. 31) destacam, podem ser “sociais, econômicos, familiares, institucionais e pessoais”. Além disso, estes fatores atuam simultaneamente, afetando os estudantes de maneiras que a interrupção dos estudos se torna inevitável.

Os dados da Figura 1 demonstram que tanto no acrescentamento da demanda, quanto no baixo número de matrículas, a educação básica e o ensino superior

brasileiro percorrem caminhos na mesma direção, mantendo tendências semelhantes no que diz respeito ao ingresso de estudantes no mesmo período.

1.2 Os Sentidos do Ensino Médio

Na década de 1980 a educação volta a ser o centro das discussões. De acordo com Castro (1998), a Constituição promulgada no ano de 1988 trouxe para a educação brasileira grandes avanços. A partir de suas diretrizes foram garantidos alguns princípios básicos, derivados de cláusulas pétreas, tais como, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento; a arte e o saber, além do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. A partir de então, como efeito do processo de lutas em favor da cidadania, a educação também passou a ser reconhecida como um direito do povo.

Com base no entendimento de Condé (2016), a escola desempenha o papel de formadora de cidadãos e sistematizadora dos saberes formais. Transmite conhecimentos e possibilita o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, levando em conta a dinâmica do mercado de trabalho e suas requisições. Portanto, considera-se que a escola é um espaço onde são forjadas as identidades individuais, além de corroborar para construções e planejamentos para a vida adulta, unindo a bagagem social e os interesses particulares próprios desta etapa da vida.

Assim, Dayrell e Gomes (2004) salientam que no Ensino Médio pode ser manifestada a identidade juvenil, no que tange às relações pessoais e sociais construídas no ambiente escolar. Isso ocorre sem que haja perdas em relação à família, conflitos subjetivos e as escolhas a serem realizadas posteriormente. É nesta seara que emerge a discussão sobre o futuro, na qual aparecem as questões sobre a escolha da profissão, imersão no mercado de trabalho e posição a ser ocupada na hierarquia social. Estas questões surgem enquanto muito importantes, já que, são determinantes para se pensar as possibilidades de ocupação de melhores espaços.

Nas condições atuais que configuram a juventude brasileira, muitos são os desafios que tendem a nortear o jovem em relação ao Ensino Médio, pois, as adversidades e fatores relativos às condições de ensino tendem a ser desmotivantes, tornando-se um grande desafio a ser enfrentado. Entretanto, qual a melhor forma de fazer com que os jovens tenham uma visão diferente da que se tem hoje? Percebe-

se que está havendo um movimento de alargamento nos debates, impulsionado pelo baixo rendimento que a educação básica tem vivenciado no país. Neste sentido, a busca por novas metodologias inclusivas e diversificadas talvez seja uma boa iniciativa para que se desperte no jovem um novo olhar, pois, a escola precisa modificar-se para atender às novas necessidades dos jovens, que cada vez mais vem se diversificando.

Dayrell (2007) afirma que:

Uma primeira constatação é a existência de uma nova condição juvenil no Brasil. O jovem que chega às escolas públicas, na sua diversidade, apresenta características, práticas sociais e um universo simbólico próprio que o diferenciam e muito das gerações anteriores. Mas, quem é ele? Quais as dimensões constitutivas dessa condição juvenil? Para essa reflexão, não nos propomos a retomar todo o debate existente em torno da categorização da juventude. (DAYRELL, 2007, p. 1107)

Assim, o estudante tem que se localizar e se encontrar na nova dinâmica, pois, está condicionado ao que a sociedade lhe impõe. Assim, a permanência e a vivência desses jovens são árduas e difíceis. Podemos constatar que a vivência da juventude nas camadas mais populares é dura e difícil, tendo em vista as condições sociais.

As relações entre o trabalho e o estudo são variadas e complexas e não se esgotam na oposição entre os termos. Para os jovens, a escola e o trabalho são projetos que se superpõem ou poderão sofrer ênfases diversas, de acordo com o momento do ciclo de vida e as condições sociais que lhes permitam viver a condição juvenil. Nesse sentido, o mundo do trabalho aparece como uma mediação efetiva e simbólica na experimentação da condição juvenil, podendo-se afirmar que “o trabalho também faz a juventude”, mesmo considerando a diversidade existente de situações e posturas por parte dos jovens. (DAYRELL, 2007).

Apesar dos desafios que muitos alunos e professores enfrentam, sabe-se que há uma multiplicidade de situações e materiais educativos que podem assegurar e aumentar a permanência dos discentes na escola durante o Ensino Médio. A colaboração deve ser realizada por todos, tudo isso em meio a uma reflexão do que significa a unidade escolar na vida de todos, pois, é um espaço de ampla formação que tende a oferecer aos jovens conhecimentos básicos, para que possam ocupar os postos de trabalho, cursos técnicos e superiores.

1.3 Escolarização e Mercado de Trabalho

É perceptível que os avanços tecnológicos afetam indistintamente todas as esferas sociais (cultura, política, educação e etc.). Desta forma, as exigências perante os novos padrões da sociedade também se modificam. Portanto, no que pese o desenvolvimento social, o grau de escolaridade está estritamente ligado à posição que os indivíduos ocupam no mercado de trabalho.

Diante do elevado número de desempregados, ter concluído o ensino superior pode ser um diferencial. E, apesar do diploma não trazer a certeza da inserção no mercado de trabalho, ele pode colocar o trabalhador em uma posição de vantagem salarial. O trabalho pode ser entendido como uma via de possibilidade que gera a sensação de independência pessoal, pois, trabalhar significa poder sair da esfera doméstica, relacionar-se socialmente e ter uma renda própria. O acesso ao mundo do trabalho está ligado à “dignidade”, à possibilidade de prover as necessidades básicas da família. É possuir meios necessários para sobreviver de maneira honesta, garantindo a realização pessoal. Além disso, estar inserido no mercado de trabalho pode ainda ser atribuído à idealização de um futuro profissional próspero, que proporciona satisfação e prazer, podendo não ser apenas um meio para garantir a sobrevivência.

2. OS PROFESSORES E AS ESTRATÉGIAS UTILIZADAS COM OS ALUNOS

O termo estratégia está relacionado aos recursos que são lançados pelos profissionais docentes, para que haja uma facilidade nas articulações durante o processo de ensino aprendizagem, bem como, êxito nos resultados. Para que exista sucesso na execução das estratégias, é necessário clareza no objetivo. Os sujeitos envolvidos neste processo devem ter total ciência do que está sendo proposto e aonde se quer chegar, estando tudo em acordo com o “módulo, fase ou curso”. (ANASTASIOU; ALVES, 2004, p. 71)

São inúmeras as estratégias utilizadas pelos docentes no exercício de suas profissões para conseguir lograr êxito em suas missões cotidianas de concluir a finalidade do processo de ensino aprendizagem. Este é um dos grandes desafios que atravessam o trabalho professoral, pois, exige conhecimento e astúcia para que a realização do objetivo educacional seja viável. A realização das atividades desenvolvidas pelos professores deve estar em consonância com as dinâmicas sociais vigentes, de modo que os educandos sintam-se contemplados e, além disso, as técnicas utilizadas estejam alicerçadas em critérios sérios e específicos.

A aplicação das estratégias está estritamente ligada às circunstâncias nas que as mesmas ocorrem, dependendo ainda da relação e do nível de conhecimento que o professor tem sobre o aluno e sobre si também. Para isso, existem algumas técnicas, as quais são escolhidas para efetivação das estratégias de ensino. Dentre estas estratégias pode-se citar:

aula expositiva dialogada, estudo de texto, portfólio, tempestade cerebral, mapa conceitual, estudo dirigido, solução de problemas, grupo de verbalização e observação, dramatização, seminário, estudo de caso, júri simulado, simpósio, painel, fórum, oficina, estudo do meio e ensino com pesquisa. (ANASTASIOU; ALVES, 2004, p. 79-99)

Neste contexto, com o objetivo de potencializar a concretização do objetivo educacional, busca-se criar “laços” com os alunos e aflorar a motivação destes. Orienta-se que os professores evitem qualquer tipo de distanciamento, “neutralidade afetiva” ou autoritarismo. Ao contrário disso, estes profissionais devem fomentar uma

“relação de agrado”, caracterizada pelo diálogo, estreitando as relações, prezando sempre pela negociação e pelo respeito mútuo. (RIBEIRO, JUTRAS, 2006)

2.2 A autonomia do aprendiz

Os processos dinâmicos que estruturam e reestruturam as sociedades influenciam todas as esferas e orientam as performances dos indivíduos. Vê-se que no campo escolar as noções de ensino aprendizagem modificam-se de acordo com o período histórico e a complexidade das novas demandas sociais, políticas e culturais. Partindo desta premissa, vê-se a autonomia como uma via de possibilidade para o aprendiz, levando em consideração o processo dinâmico de aprendizagem.

Em um cenário educacional onde a autonomia é valorizada e entendida como essencial, os professores não possuem o status de autoridade máxima, de detentores do conhecimento absoluto, nem, tampouco, possuidores do controle incondicional da turma. De certo, a atuação de um professor, que tem como base uma metodologia educacional autônoma, é desempenhar o papel de facilitador da aprendizagem. (LEFFA, 2003, p. 10-11)

Parece ser desafiador incorporar uma postura autônoma no campo educacional, levando em consideração as égides tradicionais que estão fincadas na dinâmica escolar. Sendo que a escola é historicamente um celeiro de controle e autoritarismo, onde as relações são estabelecidas de maneira hierárquica e balizadas de acordo com a centralidade dos comandos do professor. É necessário que haja um deslocamento nas responsabilidades, encarregando os discentes da construção da sua própria aprendizagem.

2.3 Teoria e prática no currículo – BNCC no Ensino Médio

É necessário conceituar currículo, para que ocorra entendimento acerca das dimensões intrínsecas à teoria e a prática, situando assim a discussão, que perpassa o contexto da educação formal e de tudo que envolve as práticas pedagógicas. Portanto, neste contexto o currículo é desdobrado por Tomaz Tadeu da Silva (2005, p. 15) como um conjunto de conhecimentos e saberes. Este entendimento dá conta de revelar que o currículo não é apenas uma lista de conteúdos, ele engloba outros

fatores, que perpassam pela subjetividade, cultura e experiências de dentro e fora da escola. Por isso:

Quando pensamos o currículo tomamos a idéia de caminho: que caminho vamos percorrer ao longo deste tempo escolar? Que seleções vamos fazer? Que seleções temos feito? E mais: em que medida nós, professoras/es e pedagogas/os interferimos nesta seleção? Qual é o conhecimento com que a escola deve trabalhar? Quando escolhemos um livro didático, ele traz desenhado o currículo oficial: o saber legitimado, o saber reconhecido que deve ser passado às novas gerações. Porque isso é que o currículo faz: uma seleção dentro da cultura daquilo que se considera relevante que as novas gerações aprendam. (ALBUQUERQUE; KUNZLE, 2007, p. 102)

O currículo é o caminho pelo qual o profissional docente irá percorrer para chegar ao objetivo final do processo de aprendizagem. São conteúdos escolhidos para promover a explicação do mundo concreto para os educandos, situando-os como seres sociais, trazendo-lhes explicações baseadas nos saberes formais. Entretanto, há um enorme desafio nesta fase do processo, pois, somente o currículo não consegue dar conta da dinamicidade social e sua realidade imediata.

É de suma importância estabelecer conexões entre os temas e conteúdos elencados no currículo com a vida cotidiana dos educandos, trazendo sentido para as propostas pedagógicas. Desta maneira nasce a precisão de examinar os temas que compõem os currículos, questionando-se quais saberes fazem mais sentido serem abordados, levando em consideração o contexto no qual a escola está inserida e o repertório sócio-cultural de seus alunos. No desenrolar do processo de ensino aprendizagem, a teoria e a prática se apresentam como algo de extrema importância, com grande capacidade flexível e de articulação.

2.4 Fortalecimento da Cidadania

A escola exerce um papel fundamental na construção social dos indivíduos, no intento de forjar sujeitos que sejam capazes de refletir a realidade, e, acima de tudo, que sejam seres capazes de transformar a realidade concreta. O espaço escolar propõe socializar o conhecimento através da educação formal e do processo educativo. Mas, para que haja efetivamente a socialização plena e o direito a uma educação de qualidade, faz-se necessário reorganizar algumas questões atinentes à democracia e às práticas da cidadania. É por meio dos saberes formais que os indivíduos conseguem mover-se no mundo e em grupos sociais, como sindicatos ou partidos políticos.

Uma educação que se propõe a formar cidadãos deve se destacar no que se refere à disseminação de elementos constituintes dos valores universais, sem deixar de estabelecer relação com a cultura local. Construindo uma “compreensão adequada dos valores acordados”, fugindo do relativismo sem sentido ético. Isso se faz necessário para a formação e preparo dos educandos para o mundo, fazendo que estes estejam aptos a lidar com as adversidades e a realizar mudanças sociais. (MACHADO, 1997, p. 48)

A cidadania só é corporificada quando existe participação popular, desta forma segue a “obrigação” da escola de proporcionar condições para que os sujeitos tenham suas possibilidades ampliadas, além de estarem qualificados no que tange à desmitificação das relações baseadas na arbitrariedade ou exploração.

No contexto brasileiro enfrentam-se diversos desafios para o exercício da cidadania plena pelos sujeitos de direito. Isso, pois, existem crenças limitantes e práticas arraigadas nas instituições do país que barram a promoção dos direitos sociais. Entretanto, é papel da educação criar condições para o desenvolvimento e fortalecimento da cidadania, assim como foi prescrito na Constituição Federal de 1988:

a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, Art.º 205, 1998).

Investir em uma proposta educacional que demonstre ser viável a transformação social, coaduna não só com as perspectivas educacionais libertárias e emancipatórias, mas também está de acordo com a Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases, a qual diz que “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Desta maneira, a escola incorpora a função principal de socializar e contribuir com o processo de fortalecimento de uma cidadania democrática. (LDB, Art.º 22, 1996).

Mas, para que a escola seja um espaço formador e transformador é necessário que esteja organizado de maneira planejada, sendo preciso reflexões e avaliações contínuas do serviço prestado à comunidade, além de buscar a ampliação do debate sobre o processo de ensino aprendizagem, assim como revelam José Romão e Paulo Padilha (1997):

(...) planejar a escola de forma socializada é exercitar a cidadania, pois implica a tomada de decisões, em envolvimento com as ações do cotidiano escolar e em avaliações dos serviços prestados à população, o planejamento deve começar pela inserção de toda a sociedade no debate democrático sobre as questões relativas não só ao processo de ensino aprendizagem, mas também em relação às questões administrativas e financeiras da escola e às questões da própria sociedade em que ela se insere, considerando sempre os condicionantes sócio-culturais e políticos que influenciam e afetam diretamente o cotidiano escolar. (ROMÃO; PADILHA, 1997, p.85).

O espaço escolar precisa de forma planejada e democrática garantir a disseminação dos saberes formais para todos os educandos. De maneira que os sujeitos participem ativamente das tomadas de decisões na esfera pública, buscando a concretização dos direitos humanos e o fortalecimento da cidadania. Para tanto, faz-se necessário que haja o cumprimento de um projeto político pedagógico organizado que atenda aos requisitos universais de respeito à dignidade humana. É neste espaço plural que se forma a noção de cidadania, em uma relação de cooperação entre educadores e educandos durante o processo de ensino aprendizagem, no qual os professores têm o papel de contribuir com os alunos na luta pelos direitos civis e políticos.

3. MÉTODO

Esta pesquisa tem como foco as estratégias de ensino que visam preparar o educando para acessar os espaços da educação formal que vão além da educação básica. A educação básica segue no Brasil sendo um grande desafio, isso no que tange à aderência e à qualidade do ensino prestado à população de jovens e adolescentes. Nesta perspectiva, emerge a necessidade de adentrar os meandros envolvidos nesta fase da educação do país, buscando analisar de maneira mais apurada como funciona o processo de incentivo aos discentes para adentrarem no ensino superior.

Nesta abordagem buscou-se entender como se manifesta o incitamento dos profissionais docentes para com os seus discentes, pois eles estão passando pela última fase da educação básica (Ensino Médio) tendo a inserção nas universidades como uma possibilidade futura. Sabendo disso, a abordagem em questão procurou em dados históricos elementos que ilustram este tema, chegando até a atualidade, vislumbrando responder à pergunta chave que alicerça esta pesquisa.

Cumprir destacar que, apesar de realizar um recuo histórico, no que se refere à discussão teórica, a proposta deste estudo está ancorada no tempo presente. O recorte temporal dado à referida inquirição foi proposto baseando-se na insurgência de questionamentos erigidos com o debate da nova Reforma do Ensino Médio. Aliou-se a revisão bibliográfica e a pesquisa qualitativa com suas técnicas, abordando os artifícios lançados pelos professores em seu cotidiano de trabalho.

O campo empírico, o Colégio Estadual da Cachoeira – CEC, foi escolhido, dentre outros fatores, por se tratar de uma instituição escolar que está localizada em uma cidade onde há duas instituições de ensino superior: a FADBA – Faculdade Adventista da Bahia e o CAHL – Centro de Artes Humanidades e Letras, centro da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Na cidade de Cachoeira-BA existe três escolas de Ensino Médio – EM, sendo uma na sede e as demais em distritos e povoados da zona rural. A eleita para o estudo, o Colégio Estadual da Cachoeira – CEC, possui 736 alunos matriculados no Ensino Médio e 41 matriculados no curso profissionalizante. Além disso, um fator importante para a escolha da escola se deu pelo fato de já ter sido uma aluna da escola e ter tido o acompanhamento de alguns professores na transição do Ensino Médio para universidade. Desse modo, com o

passar dos anos, percebi que o acompanhamento individual era uma forma de incentivo para os alunos chegarem aos seus objetivos.

A cidade de Cachoeira-Ba, que foi o *locus* deste estudo científico, encontra-se localizada no Território de Identidade do Recôncavo e, de acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a cidade possui uma população com 33.659 habitantes. Fica à 111km de distância da capital do estado, Salvador, ocupando uma área de cerca de 395 km² e tendo a sua densidade demográfica girando em torno de 81,03 habitantes por quilometro quadrado (IBGE, 2016). Este é um trabalho que está embebido no “processo formal e sistemático do desenvolvimento do método científico”, a pesquisa, tal como pensa Gil (2010; p.26, 27). Se valendo de uma análise crítica da literatura que aborda o tema, teve-se a intenção de trazer à lume “caminhos” que promovam uma maior reflexão a respeito deste tema. Este é um estudo que possui dados que foram extraídos de alguns trabalhos científicos, os quais foram depositados em plataformas online.

As obras foram escolhidas, pois corroboravam com a discussão levantada. Todavia, todos os trabalhos utilizados como fonte obedecem aos rigores científicos preconizados pela academia, assim como destaca Gil (1999), quando explicita que um determinado conhecimento só pode obter caráter de cientificidade quando se faz possível deixar evidente o método que possibilitou chegar ao resultado do conhecimento. Para além destas, utilizou-se ainda o PNE, BNCC, CF88, Lei 13.415/17 e a LDB Lei 9.394/96.

Os sujeitos colaboradores foram escolhidos em decorrência da atuação na instituição de ensino escolhida para ser pesquisada, bem como, o interesse e disponibilidade de cada um desses indivíduos. Para chegar até estes profissionais contou-se com a mediação da Coordenadora da instituição, a qual tratou de realizar os encaminhamentos dos questionários, além de esclarecer quaisquer dúvidas a respeito da presente pesquisa.

Calculada em uma abordagem metodológica qualitativa, a presente inquirição valeu-se da técnica de formulário *online* para colher as informações necessárias. A respeito do caminho metodológico qualitativo, Godoy (1995) aponta:

(...) a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo a medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador

com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (GODOY, 1995, p.58).

A realização da pesquisa se deu utilizando técnicas do meio virtual, por conta dos desencontros e das diversas atribuições que cercam a vida dos docentes da instituição. Desta forma, foi elaborado um formulário semiestruturado contendo 18 perguntas, sendo destas 13 objetivas e 5 subjetivas (Apêndice 01). O conteúdo das perguntas circula em torno do perfil do professor e sobre o papel do professor no exercício de suas profissões.

Os dados foram coletados com formulário virtual, produzido no Google Forms. Enviados inicialmente para a coordenadora do Colégio, no dia 26 de abril de 2023 e, nesta ocasião, somente um docente respondeu. Novamente insistiu-se, reencaminhando no dia 03 de maio, mas sem obter êxito algum, não houve mais resposta por parte dos docentes desta instituição. Portanto, passou-se a abordar estes sujeitos individualmente dentro e fora da instituição, na tentativa de otimizar o processo da pesquisa. Ao final, cinco docentes responderam ao questionário.

Como é sabido, a realização de uma pesquisa precisa obedecer a alguns protocolos, os quais vão ceder a esta o status de cientificidade. Para isso, é necessário seguir uma metodologia bem estruturada e algumas condutas éticas, para que o resultado final seja reconhecido como um conhecimento válido. Uma boa conduta durante a execução da pesquisa proporciona um bom desenrolar do trabalho. Para tanto, a ética deve se fazer presente em todas as fases da pesquisa, passando pela escolha do tema e indo até a preservação da identidade e integridade dos sujeitos colaboradores.

Mas não é apenas isso, é importante ainda, em se tratando de uma pesquisa social, que envolve pessoas, o uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice 01), que se trata de um documento a ser assinado pelos sujeitos colaboradores, com informações acerca da finalidade e tudo que se refere aos procedimentos da pesquisa. Este documento deve ser claro e objetivo, com um conteúdo que expresse os possíveis benefícios, riscos e a privacidade dos informantes. Na presente pesquisa todos os envolvidos foram convidados a ler e assinar o TCLE, documento este que foi enviado para a coordenadora pedagógica da instituição, juntamente com o link para o preenchimento do formulário de coleta.

A partir dos dados obtidos com a coleta no Google Forms foram realizadas análises das respostas fechadas e abertas, na busca por resultados que corroborassem com o alargamento da discussão acerca do tema, que inegavelmente é de suma importância para toda sociedade. Explicitando a descrição dos dados de maneira detalhada, mantendo uma postura vigilante com os dados, atribuindo a estes significados, esgotando todo o conteúdo colhido.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases – LDB/96, todos aqueles que pretendem atuar como professores no território brasileiro precisam possuir formação em um curso de ensino superior para exercer a função docente na educação. Portanto, é de caráter obrigatório possuir um curso de licenciatura plena para poder estar numa sala de aula praticando o exercício docente.

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (BRASIL, 1996, Art.62)

A conclusão da graduação imprime aos indivíduos que assumem o papel de educadores, inicialmente, um conhecimento (teórico e prático) prévio, os qualificando para o trabalho na educação. Entretanto, acredita-se que determinar a obrigatoriedade do nível superior sozinho não garante a qualidade do ensino a ser compartilhado nas escolas. Mas, define minimamente o caminho daquilo que se pretende alcançar como conhecimento teórico sistematizado.

Neste trabalho, como supracitado, os atores sociais envolvidos nesta pesquisa foram escolhidos com base na disponibilidade e indicação da coordenadora pedagógica da instituição. Para tanto, contou-se com a colaboração de cinco docentes que atuam na instituição, entretanto, um número maior de professores foi convidado a participar, mas não se obteve êxito.

Todos os docentes que responderam ao formulário são **profissionais habilitados para lecionar no ensino da educação formal** e são formados na educação superior **há mais de dez anos** (Figura 02). Contou-se com a participação de profissionais oriundos de três áreas de conhecimento distintas, sendo dois em Ciências Biológicas, um em Geografia, um em Química e um dos colaboradores não declarou qual o seu curso de formação.

Figura 2 - Tempo de formação dos docentes do CEC respondentes da pesquisa

Há quanto tempo está formado/a?

5 respostas



Fonte: Pesquisa de campo, abr, 2023.

Especificamente, o primeiro respondente, o professor de Biologia, está formado há vinte e oito anos; depois o professor declarante que possui nível superior, sem revelar o curso, é formado há treze anos; logo após, vê-se o outro formado em Biologia, que concluiu sua graduação há quatorze anos; o professor de geografia relatou ser formado há treze anos e o docente de Química há quarenta e três anos.

Como é demonstrado na historiografia da educação brasileira, houve significativas modificações no que tange o perfil dos professores no país após as deliberações da Lei de Diretrizes e Bases – LDB do ano de 1996. As linhas desta Lei passaram a ser o mote para a “reformulação” dos cursos de formação inicial, bem como, aumentando ainda o número de universidades e institutos responsáveis pelos cursos de graduação em Pedagogia e outras licenciaturas. (DELORS, 2003, p. 73)

Com o advento da Lei de Diretrizes e Bases – LDB iniciou-se o movimento de formação e profissionalização de professores, os quais buscavam, além da adequação às novas exigências, adquirir os conteúdos formais e teóricos, afastando-se dos conhecimentos adquiridos com o senso comum e das atividades leigas. Os dados de uma pesquisa realizada pela Unesco, a Pesquisa de Professores, no ano de 2002, revelaram que 80,3% dos professores em atuação naquele período possuíam formação e estavam habilitados para exercer devidamente a atividade. Um número considerável, comparado ao cenário educacional e o tamanho do território. (DELORS, 2003, p.79)

No que tange à **realização de cursos de especialização**, três professores possuem cursos de especialização ligados aos seus cursos de formação. Sendo que um dos professores de Biologia é Mestre em Recursos Genéticos Vegetais; o outro professor de Biologia é Especialista no Ensino de Ciências e o professor Bacharel em Geografia é Especialista em Educação, Contemporaneidade e Novas Tecnologias.

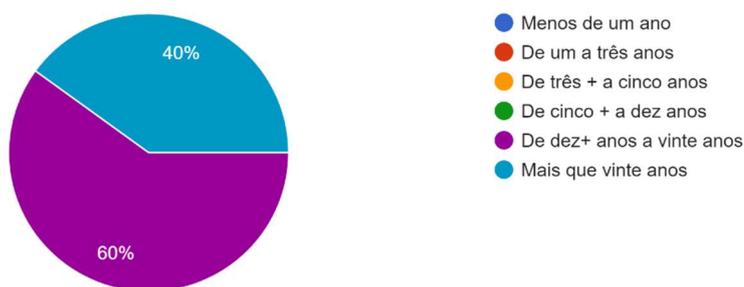
Em geral todos eles **atuam em disciplinas dentro do seu campo de formação**, sendo que o docente que não declarou em que curso era formado, leciona as disciplinas de Educação Física, Projeto de Vida e Disciplinas Eletivas. Eles atuam nas três séries do Ensino Médio, no primeiro, segundo e terceiro ano, exceto um, o professor de Geografia, que trabalha apenas com o segundo e terceiro ano.

Há um compromisso público, firmado através do Plano Nacional de Educação – PNE, no qual, dentre várias orientações, há a necessidade da realização dos cursos de especialização/pós-graduação pelos profissionais da educação básica como indicação de meta a ser cumprida, a Meta 16. A qual tem como objetivo formar 50% dos professores a nível de Pós-Graduação até o ano de 2024, que é o derradeiro ano de validade do referido plano. (BRASIL, 2014)

Com relação ao **tempo de atuação no Ensino Médio**, os professores revelaram ter mais de dez anos, como ilustrado na Figura 3,

Figura 3– Gráfico do tempo de atuação no Ensino Médio.

Quanto tempo leciona no Ensino Médio?
5 respostas



Fonte: Pesquisa de campo, abr, 2023.

No que se refere ao **tempo de atuação em “sala de aula”**, os professores que participaram deste estudo contam com um tempo relativamente grande de experiência. Todos possuem mais de dez anos de trabalho com o Ensino Médio, a saber: dois deles com mais de vinte anos de trabalho, os professores de Química e

Biologia e os outros três entre dez e vinte anos, que são os docentes de Geografia, Biologia e o do curso não especificado.

Apesar de possuírem bastante tempo de formação no ensino superior e atuação profissional considerável, três dos cinco professores não possuem **cursos de formação continuada**. Dos cinco profissionais da educação participantes somente dois realizaram cursos de formação continuada nos últimos cinco anos, buscando se inteirar das mudanças ocorridas com a Reforma do Novo Ensino Médio. Foram estes o Bacharel em Geografia e um dos Licenciados em Biologia. Este último revelou que o curso de formação continuada o qual realizou foi o de Ensino de Ciências Biológicas, já o outro profissional não declarou qual curso fez.

A preocupação com a formação continuada dos profissionais da educação está pautada, acima de tudo, no enriquecimento da experiência acumulada, para que seja possível concretizar o processo de ensino aprendizagem de maneira eficaz. Nesse sentido, o pensador da educação José Carlos Libâneo (2004) diz:

O termo formação continuada vem acompanhado de outro, a formação inicial. A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional. (LIBÂNEO, 2004, p. 227)

Mas é sabido o tamanho da importância que os cursos de formação continuada possuem em relação ao bom exercício profissional dos professores. Esses cursos trazem um novo vigor para a relação entre professor e aluno, reciclando as práticas, dando aos docentes melhores condições para lecionarem de acordo com as novas demandas sociais. Em um mundo globalizado, onde as mudanças ocorrem em ritmos acelerados, o ato professoral necessita andar em compasso com a dinâmica social vigente.

A busca constante por novos conhecimentos permite significativamente desenvolver o profissional docente. Além disso, agencia uma atuação para metodologias direcionadas às novas perspectivas, dando margem para que os discentes possam pensar criticamente a sociedade. Pensando na qualidade do ensino, o Governo federal buscou, no Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), introduzir no cenário das Metas a serem alcançadas, a fomentação à formação continuada, a saber:

(...) em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a

respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2014).

Como o próprio nome sugere, a formação continuada deve estar continuamente presente na vida profissional dos docentes. Isso pois, de maneira direta, pode proporcionar enormes ganhos para o movimento de disseminação de um conhecimento formal de qualidade oferecido no terreno escolar. Se trata de “aperfeiçoar a sua arte”, atualizando os conhecimentos e competência, para que suas práticas pedagógicas sejam aprimoradas. A ausência destas atualizações dos conteúdos educacionais torna o processo de ensino aprendizagem deficiente e cansativo para todos os envolvidos, causando grande prejuízo. (DELORS, 2003, p. 166). Assim:

A qualidade de ensino é determinada tanto ou mais pela formação contínua dos professores, do que pela sua formação inicial... A formação contínua não deve desenrolar-se, necessariamente, apenas no quadro do sistema educativo: um período de trabalho ou de estudo no setor econômico pode também ser proveitoso para aproximação do saber e do saber-fazer (DELORS, 2003, p. 160)

Portanto, dentre outras coisas importantes, a formação continuada pode significar a qualidade do ensino a ser oferecido pelos educadores. Compreende-se que a formação inicial não consegue abarcar todas as demandas que são expressas em uma sala de aula. Isso porque o papel dos cursos de graduação estaria pautado em um primeiro contato com as teorias e com o trabalho docente, dando a estes profissionais um passaporte para o exercício do magistério.

A aproximação com os debates ocorridos dentro do ambiente acadêmico pode trazer ganhos para todos os envolvidos no campo escolar. Essa é uma relação proveitosa tanto para os professores, quanto para os alunos. Estes últimos que podem ter suas visões de mundo ampliadas, a partir da interação com o mundo acadêmico, adquirindo aprendizado de grande importância para processos educativos futuros.

A respeito da relação com as instituições de Ensino Superior existentes no território onde o CEC está inserido, no Recôncavo, evidenciou-se que há uma relação de proximidade da escola com os eventos e atividades ocorridas nos centros de ensino superior existentes na região. Neste quesito houve resposta positiva de todos os atores envolvidos, o que significa dizer que todos os docentes estão em uma instituição de ensino que possui alinhamento com as atividades acadêmicas dos centros. Esse é um fator de extrema relevância para escolhas futuras dos educandos,

que podem pender a adentrar nesse ensino posteriormente e com a participação em atividades e eventos sintam-se familiarizados com o espaço e suas dinâmicas.

Ocorre que a existência de uma participação ativa dos alunos do Ensino Médio nas vivências das Universidades e Institutos de Ensino Superior parece contribuir com a aproximação entre dois mundos que, mesmo estando no mesmo espaço territorial, aparentam ser tão distantes. O encurtamento destas barreiras pode representar uma mudança de perspectiva, que a posteriori pode se tornar mecanismo de transformação social.

O diálogo entre escola e a construção dos planos futuros dos educandos faz parte das orientações da Lei de Diretrizes e Bases – LDB, a qual visa entender seus desejos para o futuro contribuindo com a elaboração dos projetos de vida:

Os currículos do Ensino Médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais. (BRASIL, 1996, §7º, art. 35).

Cumprido destacar que, para ocorrer um diálogo de qualidade entre a educação básica e o ensino superior, bem como, êxito nos projetos de vida, é de extrema importância que o professor exerça o seu papel de maneira construtiva e reflexiva. Com relação a isso, **todos os respondentes revelaram que acreditam na importância do seu papel como educadores** para contribuir com a promoção do sucesso futuro dos educandos.

Sobre esse tema o professor de Biologia revelou que a sua importância se dá em motivar os alunos em seu ingresso na universidade. O professor de Educação Física, Projeto de Vida e Disciplinas Eletivas respondeu que acredita na sua atuação como “alicerce para o ingresso em cursos superiores e técnicos”. O segundo profissional de Biologia explicitou que enxerga seu papel, dentre outras coisas, como mecanismo de transformação, mediando o conhecimento para que os discentes possam futuramente “seguir em áreas de conhecimento de sua escolha”. Já o professor de Geografia citou que o seu papel é “mediar o conhecimento”, criando “possibilidades de aprendizagem para a vida”. Por último, o professor de Química destaca a sua importância como “formador de mentes pensantes”, o que ajuda a produzir “cidadãos para um mundo melhor com mais paz e amor”.

Desta forma, os docentes desempenham o papel de facilitadores e incentivadores de seus alunos – contribuindo ativamente com o desenvolvimento de

uma educação transformadora, auxiliando-os em seus processos de aprendizagem e para o planejamento de um futuro profissional ou acadêmico.

Neste sentido, as propostas de abordagens de elaboração de projeto de vida nas escolas exercem uma função de suma relevância para o desenvolvimento dos planos futuros dos discentes. Isso pois, nesta ocasião podem ser delineados elementos e competências a serem alcançados. Este exercício possibilita ao educando o autoconhecimento, ajuda na realização das escolhas porvindouras e uma visão panorâmica das possibilidades disponíveis. Não se trata de algo fixo e imutável, por ser um projeto ele possibilita modificações com base na realidade objetiva.

Quando perguntado o que esses **profissionais da educação esperam dos seus alunos para o futuro**, apenas três professores citaram a realização de um curso de nível superior, que foram os professores de Biologia e o professor de Química. Os demais esboçaram desejos relacionados a “estabilidade financeira”, “autonomia nas tomadas de decisões” e “melhoria nas condições existenciais”. Nota-se que o ingresso em instituições de nível superior ainda não é amplamente visto como algo proveitoso para o futuro dos jovens estudantes. Ainda que a interiorização das universidades e institutos seja uma realidade palpável no Recôncavo e a legislação educacional do Brasil ofereça condições para o desdobramento dos estudos, talvez a educação/profissionalização não seja o principal objetivo quando o Ensino Médio chega ao fim.

Logo em seguida perguntou-se **como estes educadores enxergavam o Ensino Superior na vida de seus alunos** e a maioria das respostas remeteu a algo distante ou difícil de ser alcançado. Um dos professores de Biologia relatou que é algo “fundamental e básico”, já o professor de Geografia revelou que tem buscado direcionar os seus alunos para reconhecerem o ingresso em cursos de graduação como uma possibilidade de melhorar as condições de vida, mas atentando-se para a escolha de cursos que tragam realmente a inserção no mercado de trabalho. Os demais professores utilizaram termos como: “infelizmente uma realidade distante”, “um passo além para o mercado de trabalho” e “sonho que pode ser realizado”.

As aspirações dos estudantes nesta etapa da vida merecem grande atenção, pois vai ser a partir destas que serão delineados caminhos futuros, que podem ser de transformação ou permanência. Ter o ingresso no Ensino Superior como um projeto de vida depende de diversos fatores internos e externos à escola, mas, por sua vez,

podem ser orientados pelos professores da educação básica. Seguindo esta linha, percebeu-se que neste contexto o diálogo é algo imprescindível.

Foi perguntado aos professores se eles costumavam **conversar com os alunos a respeito do que eles pretendiam fazer após a conclusão do Ensino Médio** e todos responderam que sim, que conversavam sobre o futuro pós conclusão do ensino básico. Os diálogos, de acordo com os educadores, são sempre frutíferos e costumam versar sobre a abertura de possibilidades que o ensino superior pode ocasionar na vida profissional destes. Para tanto, são utilizadas estratégias como exibições de filmes, como revelou fazer um dos professores de Biologia, o qual diz exibir vídeos nos quais é mostrada a realidade social, para assim suscitar a discussão.

Os diálogos tem como papel fundamental descortinar algumas questões que embaçam a percepção dos alunos com relação ao acesso e permanência nos cursos de graduação em instituições públicas. Este tema desemboca no quesito ações afirmativas, uma iniciativa fundamental para que haja a inserção de alunos egressos de escolas públicas em universidades e que estes consigam permanecer durante toda a graduação de maneira qualitativa, tendo incentivo financeiro para custear os seus gastos. Com relação a isso, foi indagado aos participantes qual seria **a opinião deles sobre o processo de democratização do acesso e permanência às universidades** e quatro deles responderam que acreditam nesta democratização e um, o segundo professor de Biologia, diz abordar a temática em sala com os alunos. Entretanto, o professor de Química diz que não considera o processo de acesso e permanência nas universidades algo democrático.

São inúmeros os desafios que podem ser enfrentados na transição para o Ensino Superior, mas adentrar este processo não é uma ação impossível de acontecer com aqueles oriundos da rede pública de educação. Para isso os professores lançam mão de práticas que buscam incentivar os alunos.

Nesta pesquisa **cada professor mencionou utilizar táticas distintas, para que os alunos possam se sentir aptos a adentrarem às universidades**. O professor de Biologia destacou que procura dar informações sobre o ENEM e o professor de Educação Física disse que procura mostrar referências de ex-alunos que adentraram no Ensino Superior e que hoje são bem-sucedidos. Por sua vez, o outro professor de Biologia diz contribuir levando para a sala de aula temas que costumam cair nas provas do ENEM, além de assuntos da atualidade; já o professor de Geografia

utiliza-se do bate papo e rodas de conversas e, por último, o professor de Química, que aplica simulados.

Diante desse contexto, trocas e parcerias entre escola e universidade ajudam a desenvolver as habilidades e o interesse dos educandos, tornando mais forte o enfrentamento aos desafios que podem vir a ocorrer neste processo. Por se tratar de uma escola que se encontra em uma localização favorável, há com enorme frequência na participação dos estudantes em atividades nos centros de Ensino Superior da cidade e também da região. Eventos acadêmicos como Bienais, Palestras, Projeto de Extensão e “Aulões” preparatórios para o ENEM são algumas das atividades que tornam estreita essa relação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso buscou coletar dados que corroborem para a construção de alguns argumentos relacionados às estratégias metodológicas utilizadas pelos professores da educação básica, para que os discentes adentrem o Ensino Superior. Um assunto de suma importância para a agenda educacional, pois é sabido os diversos desafios que o Ensino Médio enfrenta no Brasil. O objetivo esteve pautado na observação da atuação dos professores no que tange o ingresso dos alunos nas instituições de Ensino Superior, analisando que práticas eram utilizadas como estratégias para incentivá-los a prosseguir com os estudos. Para que desta forma fosse possível contribuir com a ampliação do debate sobre este assunto, que é de grande relevância para a sociedade como um todo. A pesquisa foi realizada na cidade de Cachoeira-Ba, em uma das três escolas de Ensino Médio que se encontram no município, que foi o Colégio Estadual da Cachoeira – CEC, localizado na Praça Ariston Mascarenhas, S/N, no bairro Pitanga, próximo à uma das entradas e saída da cidade.

O Ensino Médio configura-se como a última fase da educação básica do sistema educacional brasileiro, com duração de três anos. É nesta etapa do processo educacional que as competências e habilidades adquiridas nas séries anteriores são aprimoradas, para haja planejamento e estruturação da vida futura dos educandos. É de responsabilidade de cada Estado prover o Ensino Médio, que por sua vez deve trabalhar conteúdos que preparem os jovens para o exercício da cidadania e para o mercado de trabalho. É ainda neste que os estudantes realizam o exercício do aprimoramento das disposições humana: “ética, autonomia intelectual e pensamento crítico”. (BRASIL, 1996)

O cenário educacional brasileiro conta com duas modalidades de Ensino Médio, o propedêutico e o técnico. Ambos buscam desenvolver nos educandos habilidades que os possibilitem adentrar em uma instituição de Ensino Superior ou no mercado de trabalho. Com o advento da Reforma do Ensino Médio, algumas modificações foram realizadas, visando tornar os currículos flexíveis e mais atrativos aos olhos dos estudantes, diminuindo assim as reprovações. O panorama educacional brasileiro não é um dos melhores, enfrenta diversos problemas, que geralmente

afetam diretamente o desempenho dos alunos, chegando até a afastá-los da escola. (FERRETI, 2018)

Um curto sobrevoo sobre a história da educação brasileira dá conta de apresentar diversos pontos de arbitrariedade, isso desde os primeiros eventos de educação formal no país. Isso fica perceptível a partir da observação dos seus objetivos e finalidades, no período colonial e também no pós, onde o ensino e a intelectualidade estava direcionada aos filhos das classes mais abastadas, mas a formação direcionada para o exercício do trabalho estava para os mais pobres. Esses fatos deixaram muitos resquícios impregnados nas estruturas da sociedade brasileira, de tal forma que é possível perceber os seus problemas e assombros até os dias atuais. (JUNIOR, 2019, p. 25,26)

É preciso demasiado esforço para que algumas práticas sejam deixadas de lado e percebidas como prejudiciais para os objetivos de uma educação para emancipação, autonomia e reflexibilidade dos cidadãos. Com base nas análises dos dados coletados na presente pesquisa, identificou-se que um grande problema é a ausência de uma formação continuada, que deveria estar presente na vida profissional de todos os educadores. Dos cinco professores que colaboraram com a pesquisa, somente três possuem cursos de especialização e apenas dois realizaram cursos de formação nos últimos cinco anos. Um dado que merece atenção, pois é sabido que a formação continuada reverbera positivamente no exercício do magistério, reciclando as práticas ultrapassadas e estabelecendo novas conexões com os alunos.

O fato de a escola estar presente em uma cidade onde há centros de estudo de nível superior contribui em muito para que a ideia de adentrar estas instituições seja algo presente na vida dos alunos. Mas, ocorre que ainda há descrença e desinformação a respeito do processo seletivo e seu caráter democrático. A ausência de conhecimento sobre a entrada e permanência qualificada ainda é algo a ser mais discutido entre os alunos, no intuito de tornar a entrada na universidade uma realidade para o maior número de jovens possível.

Acredita-se que dada a realidade concreta destes jovens e ao cenário econômico da região, a maioria dos professores em suas respostas sempre relacionava o ingresso na universidade com ascensão social, através de um emprego com boas remunerações. Não foi observada a continuidade dos estudos relacionada ao desenvolvimento intelectual, mas sim a associação direta do Ensino Superior com

a inserção no mercado de trabalho, como uma resposta imediata ao suprimento das necessidades práticas, tomando a realidade objetiva em que se vive.

Todos os professores afirmaram utilizar algum tipo de estratégia para orientar seus alunos a continuar os estudos após a conclusão do Ensino Médio. Eles, em concordância, assumem o papel de facilitador neste processo, assumindo que, de alguma forma, é preciso contribuir com o futuro dos discentes. No sentido de tornar mais qualitativa a transição entre o Ensino Médio e o Ensino Superior, seria interessante promover mais ações que possibilitem a estes discentes do CEC participarem de atividades dentro das universidades, tornando o ambiente familiar e acolhedor para eles. O fortalecimento de parcerias entre as instituições de Ensino Superior da cidade (UFRB e FADBA) e o CEC pode trazer ganhos imensuráveis para a comunidade, levando os jovens a crer que o acesso e a permanência nesses espaços podem e devem fazer parte dos seus projetos de vida.

Ademais, longe de findar esta discussão, pois, trata-se de uma problemática demasiadamente abstrusa, que carece ser esmiuçada a exaustão, dada a gama de informações e complexidade do tema. Entende-se aqui que este é um tema que precisa ser ponto de pauta e debate, devido à urgência dos fatos, que são perceptíveis até a olho nu.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Janeslei A; KUNZLE, Maria Rosa. O currículo e suas dimensões, multirracial e multicultural. **Caderno Pedagógico** nº 4, APP-SINDICATO 60 ANOS. 2007.

ANDRADE, Cibele Yahn de. **Acesso ao ensino superior no Brasil: equidade e desigualdade social.** 2012. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/acesso-ao-ensino-superior-no-brasil-equidade-e-desigualdade-social>. Acesso em: 25 fev. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil, [1977] 2016.

BARROS, D.M.V.B. **Guia didático sobre as tecnologias da comunicação e informação:** material para o trabalho educativo na formação docente. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2009. 160p.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - **Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Decreto nº 6.425**, de 4 de abril de 2008. Dispõe sobre o censo anual da educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 ABR. 2008. Seção 1, p. 3.

BRASIL, **Constituição:** República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 25 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 14 mai. 2023.

CASTRO, M. L. O. **A Educação na Constituição de 1988 e a LDB.** Brasília: André Quicé, 1998.

CONDÉ, Ágatha Alexandre Santos. Juventude e educação: **os sentidos do Ensino Médio na periferia do Distrito Federal.** 2016. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir.** 8. ed. - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2003. Disponível em: http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf. Acesso em: 14 mai. 2023.

DE OLIVEIRA, Cláudio; MOURA, Samuel Pedrosa; SOUSA, Edinaldo Ribeiro de. TIC'S na educação: a utilização das tecnologias da informação e comunicação na aprendizagem do aluno. **Pedagogia em Ação**, v. 7, n. 1, 2015.

DANTAS, Lys Vinhaes. SANTOS, Georgina G. dos. Escola não é lugar para discutir o futuro? Reflexão sobre a percepção de alunos concluintes do Ensino Médio em Santo Amaro, Bahia. **Anais... III Simpósio Baiano de Licenciaturas**. 2013.

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n.100, p.1105-1128, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/udecada/v12n21/art02.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2023.

DAYRELL, J. et al. **Juventude e Ensino Médio**. Ed. UFMG, 2004.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, 2010.

FERRETI, C.J. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Ensino de Humanidades • Estud. av.** 32 (93) • May-Aug 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/RKF694QXnBFGgJ78s8Pmp5x/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 19 mar. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, 35(2), 57-63., 1995

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. @ **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em 04 de mai. de 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Pesquisas estatísticas e indicadores educacionais** (2021). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb> Acesso em: 18 mai. 2023

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Censo da Educação Básica 2019**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2018b. Disponível em: download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_basica_2020.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2023.

JUNIOR, Ruydemberg Trindade. **O Ensino da História na Formação Profissionalizante do Guia de Turismo**. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional de Ensino em História da Universidade do Estado da Bahia. 2019

KENSKI, V. M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas (SP): Papyrus, 6 ed. 2008.

LEÃO, Geraldo; DAYRELL, Juarez Tarcísio; REIS, Juliana Batista dos. Jovens olhares sobre a escola do Ensino Médio. **Cadernos Cedes**, v. 31, n. 84, p. 253-273, 2011.

[ES%20E%20PRATICAS/O%20PAPEL%20DOCENTE%20NA%20SELECAO%20DA%20ESTRATEGIAS%20DE%20ENSINO.pdf](#). Acesso em: 27 fev. 2023.

LEFFA, V. J. Quando menos é mais: a autonomia na aprendizagem de línguas. In: Christine Nicolaidis; Isabella Mozzillo; Lia Pachalski; Maristela Machado; Vera

Fernandes. (Org.). **O desenvolvimento da autonomia no ambiente de aprendizagem de línguas estrangeiras**. Pelotas: UFPEL, 2003, v. p. 33-49.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: Editora 34, 2008. Disponível em: <https://lucianabicalho.files.wordpress.com/2014/02/as-tecnologias-da-inteligencia.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola** – Teoria e Prática. Goiânia: Alternativa, 2004

MACHADO, N. J. **Cidadania e educação**. São Paulo: Escrituras, 1997.

MORAN, José Manuel et al. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 6. ed. Campinas: Papirus, 2000. Disponível em: https://www.academia.edu/10222269/Moran_Masetto_e_Behrens_NOVAS_TECNOLOGIAS_E_MEDIA%C3%87AO_PEDAGOGICA. Acesso em: 18 mai. 2023.

MOURA, D. H.; SILVA., M. dos S. A evasão no curso de licenciatura em Geografia oferecido pelo CEFET - RN. **Holos**. (Online), v. 3, p. 26-42, 2007.

MELLO, Guiomar Namó de. Formação Inicial de professores para educação Básica uma (re)visão radical. **São Paulo em perspectiva**, 14 (1) 2000.

PNAD. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Síntese de Indicadores**. 2009. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 27 fev. 2023.

RIBEIRO, Vera Masagão. **Analfabetismo e alfabetismo funcional no Brasil**. Disponível em: <http://www.reescrevendoaeducacao.com.br/2006/pages.php?recid=28>>. Acesos em: 18 mai. 2023.

RIBEIRO, M. L.; JUTRAS, F. Representações sociais de professores sobre afetividade. **Estudos de psicologia**. Campinas, v.23, n.1, p.39- 45, mar 2006.

ROMÃO, José; PADILHA, Paulo. Planejamento Socializado Ascendente na Escola. In: GADOTI, Moacir e ROMÃO, José E. (org.). **Autonomia da Escola**: princípios e propostas. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, 2006.

APÊNDICE

Questionário da pesquisa O papel do professor do ensino médio e a democratização no acesso às instituições de nível superior

Caro Professor e Cara Professora,

Gostaríamos de ouvir seu relato sobre os incentivos (ou não) adotados em sala de aula que resultem em que seus discentes queiram/busquem ingressar na educação superior. Essa coleta de dados faz parte do meu trabalho de conclusão de curso e, por isso, peço sua atenção para que o questionário seja respondido até o dia 05 de maio.

Muito obrigada

Tallyta Barreto

* Indica uma pergunta obrigatória

1. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da pesquisa intitulada “ O papel do professor do ensino médio e a democratização no acesso às instituições de nível superior ” desenvolvida pela graduanda Tallyta Menezes Barreto, matriculada no Curso de Gestão Pública da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), orientada pela Profa. Dra. Lys Maria Vinhaes Dantas, também da UFRB.

Esta pesquisa tem como objetivo a identificação e análise sobre os incentivos utilizados pelos professores e pelas professoras de Ensino Médio que contribuem para que seus discentes desejem ingressar no nível superior. Em especial, a pesquisa se dirige aos três últimos anos de atuação de cada docente.

Sua participação nesta pesquisa é voluntária e se dará por meio da resposta a um questionário criado na ferramenta Google Forms e cujo link é disponibilizado.

Os riscos decorrentes de sua participação nesta pesquisa são: o desconforto por responder questões relacionadas ao seu ambiente de trabalho, a possibilidade de atrapalhar a realização de suas atividades laborais e educacionais, a necessidade de disponibilização do seu tempo. Entretanto, como forma de minimizar/evitar tais riscos, o questionário pode ser respondido a sua conveniência, em qualquer momento, desde que no período de 26.04 a 05.05.2023, quando se encerrará a coleta de dados.

Esclarecemos que se V.Sa. aceitar participar desta pesquisa estará contribuindo para a construção do TCC – Trabalho de conclusão de curso. Os resultados do estudo realizado ajudarão na escolha de futuras pesquisas e contribuirão para novas políticas.

Se, depois de consentir a sua participação, o (a) Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo à sua pessoa.

Ressaltamos que o (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração por participar desta pesquisa. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Caso tenha interesse em participar, assinale a opção a seguir * Marcar apenas uma oval.

- Li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e concordo em participar.
- Não tenho interesse em participar

Perfil do respondente

Nessa seção, buscamos saber um pouco sobre você.

2. Qual sua formação (nível superior)? *
3. Há quanto tempo está formado/a? *
4. Possui Especialização? * Marcar apenas uma oval.
 - Não
 - Sim
5. Se sim, qual?

6. Quanto tempo leciona no Ensino Médio? * Marcar apenas uma oval.
- Menos de um ano
 - De um a três anos
 - De três + a cinco anos
 - De cinco + a dez anos
 - De dez+ anos a vinte anos
 - Mais que vinte anos
7. Quais as disciplinas que você leciona? *
8. Em que anos do Ensino Médio você atua? * Marque todas que se aplicam.
- 1o ano
 - 2o ano
 - 3o ano
9. Nos últimos cinco anos, você fez algum curso de formação continuada buscando inovar as suas práticas diante da Reforma do Ensino Médio? * Marcar apenas uma oval.
- Não
 - Sim
10. Se sim, qual ou quais?

Papel do professor no Ensino Médio

Nessa seção, queremos saber o que você pensa sobre o papel do professor e da professora que atuam no Ensino Médio.

11. Como você enxerga o seu papel enquanto professor/professora de Ensino Médio? *
12. O que você espera para o futuro de seus alunos e de suas alunas? *
13. Como você enxerga o Ensino Superior na vida de seus alunos? *
14. Você incentiva o diálogo, em sala, sobre o futuro dos alunos após o Ensino Médio? Se sim, como? Se não, por quê? *
15. Você considera o acesso e a permanência na Educação Superior, nos dias de hoje, democráticos? Você conhece e dissemina as ações afirmativas? *
16. Que práticas você tem adotado, nos últimos três anos, buscando incentivar seu alunado sobre as estratégias de ingresso na Educação Superior? *
17. Que práticas você tem adotado, nos últimos três anos, no sentido de preparar seu alunado para o enfrentamento da realidade da Educação Superior? *
18. Dentre elas, há atividades de aproximação entre sua escola e as instituições da educação superior no território? *
- Marcar apenas uma oval.
- Sim
 - Não
19. Se sim, com quais instituições e de que modo?